



Gabinete da Senadora Ana Rita



Senadora Ana Rita (D) recebe documentos em juizado especial de violência doméstica e familiar no Pará

CPI: atendimento à mulher no Pará é inadequado

Parlamentares visitaram o estado e constataram que apenas 13 delegacias especializadas atendem 144 municípios; e no único presídio feminino, grávidas dormem no chão

Em diligências e audiência no Pará, a CPI mista que investiga a violência contra as mulheres verificou também a fragilidade das políticas específicas para indígenas e quilombolas e excesso de processos nas três varas da violência doméstica e familiar. O estado é o quarto do país

em assassinatos de mulheres. Fica no Pará a cidade com a maior taxa de homicídios do Brasil, Paragominas, com 24,7 mulheres assassinadas a cada grupo de 100 mil. Segundo a senadora Ana Rita, no Centro de Recuperação Feminino falta água para beber e não há vasos sanitários. **4**

Senado inicia transmissões da TV digital e da rádio em Manaus

O Senado inaugurou na sexta-feira as transmissões da TV Senado digital e da Rádio Senado FM em Manaus. A expansão da rede no país é feita em parceria com a Câmara. No

Amazonas, contou com a colaboração da Assembleia Legislativa, que também transmitirá sua TV em sinal digital e terá duas horas diárias na programação da Rádio Senado. **2**



Em mensagem gravada (telão), Sarney agradeceu à Assembleia do Amazonas

Alberto César Araújo/ALEM

Anatel volta a debater no Senado qualidade de telefonia celular **3**

Votação de relatório final sobre Cachoeira deve ocorrer amanhã **4**

Welltemir Barreto/Agência Senado



O senador Wellington Dias (C) participa da sessão especial em que o Congresso Nacional homenageou o Movimento dos Focolares pelos 69 anos de fundação

Grupo ecumênico com 300 mil seguidores no país recebe homenagem

Congresso lembrou criação do Movimento dos Focolares, na Itália, há 69 anos. Grupo leigo promove solidariedade mundial. **3**

O que preciso fazer para **propor** um projeto de lei no Senado?

Fique sabendo

- 1 Acesse o QR Code acima ou www.senado.leg.br/ecidania
- 2 Na coluna e-Legislação, clique em **Ideias legislativas**
- 3 Clique em **Envie sua ideia agora** e siga as instruções



Portal E-Cidadania é Senado Transparente

O Portal e-Cidadania é um espaço virtual criado para estimular e possibilitar uma participação mais direta e efetiva dos cidadãos no processo de atuação parlamentar e legislativa do Senado.



Alberto César Araújo/ALEAM



Presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, deputado Ricardo Nicolau, fala na cerimônia de inauguração

TV Senado digital e Rádio Senado chegam a Manaus

Transmissões foram inauguradas na sexta-feira, na capital amazonense. Expansão da rede é feita em parceria com a Câmara e, no Amazonas, contou com a colaboração da Assembleia Legislativa

O SENADO INICIOU na sexta-feira as transmissões digitais da TV Senado, da TV Câmara e da TV Assembleia em Manaus, em cerimônia realizada na Assembleia Legislativa do Amazonas. Também foi inaugurada a transmissão da Rádio Senado FM para a capital, na frequência 106,9 MHz.

Em mensagem aos participantes da cerimônia, o presidente do Senado, José Sarney, ressaltou que a iniciativa marca o início efetivo da expansão da TV Senado em sinal digital para as capitais. Até o final de 2013, serão 13 estações retransmissoras do Senado e outras 13 a serem montadas pela Câmara dos Deputados.

A TV Senado chega a todo o país com informações sobre o trabalho do Senado e dos senadores em canais de TV por assinatura, por antenas parabólicas e pela internet.

A Rádio Senado, que iniciou operações em 1997, agora pode ser sintonizada em sete capitais: Brasília, Natal, Cuiabá, Fortaleza, Rio Branco, Teresina e Manaus.

Na mensagem gravada, Sarney agradeceu ao presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, deputado Ricardo Nicolau (PSD), pela parceria. Ele explicou que a rádio da Assembleia, que adquiriu o transmissor, terá duas horas de programação durante as transmissões da Rádio Senado, das 8h às 20h.

Em homenagem ao início da transmissão na capital do Amazonas, a Rádio Senado produziu uma reportagem especial sobre a história e as principais características de Manaus, disponível na internet.

Presente à inauguração, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que o

estado só tem a ganhar com a chegada da TV e da Rádio Senado.

O lançamento contou com a presença dos deputados estaduais Abdala Fraxe (PTN), Conceição Sampaio (PP), Chico Preto (PSD), David Almeida (PSD), Francisco Souza (PSC), Josué Neto (PSD), Sidney Leite (DEM) e Tony Medeiros (PSL), além do presidente do Tribunal de Contas do Amazonas, Érico Desterro.

Também participaram do evento o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita; a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto; a diretora-geral-adjunta, Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos; o diretor da Rádio Senado, Flávio de Mattos; a coordenadora de expansão da rede de TV e Rádio Senado, Virginia Galvez; e o engenheiro João Carlos Barizon.

Portal e-Cidadania ganha novos serviços esta semana

Serão inaugurados esta semana novos serviços do Portal e-Cidadania, instrumento de interatividade criado para aproximar a população do Poder Legislativo.

O portal, disponível na página do Senado na internet, permitirá ao cidadão comentar projetos de lei em tramitação e participar, a distância, das audiências públicas da Casa.

No ar há sete meses, o e-Cidadania já oferecia ao público a possibilidade de apresentar projetos de leis e sugestões de temas para as audiências públicas.

Nessa segunda etapa, novos ícones serão incluídos na página. No "Opine", o internauta poderá criticar, elogiar ou dar sugestões a propostas em análise pelos senadores.

No "Participe", será possível interagir nas audiências públicas, em tempo real, por meio da internet, do telefone ou das redes sociais do Senado (Facebook e Twitter).

O e-Cidadania já recebeu mais de 200 sugestões de lei e quase 140 de debates. O processo para apresentar uma ideia é simples: basta preencher formulário no portal.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Imigração chinesa

11h Sessão especial destinada a comemorar os 200 anos da imigração chinesa.

VISITA Guarani-caiúás

12h20 Parlamentares visitam acampamento de índios em Mato Grosso do Sul.

CDH Ponto eletrônico

9h Para debater os problemas do uso do ponto eletrônico, a comissão ouve o ministro do Trabalho, Brizola Neto.

CPI DO TRÁFICO DE PESSOAS AM

9h A coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Amazonas, Michelle Campbell, participa de audiência.

CPI DA MULHER Ceará

14h A comissão faz audiência pública no Ceará. Entre os convidados, o secretário de Segurança Pública, Francisco Rodrigues.

TERÇA

CDH Pena mais dura

9h Na pauta, projeto que eleva a pena de estupro e atentado violento ao pudor quando cometidos contra criança.

CAS Companhias aéreas

9h Para discutir o impacto das fusões de companhias aéreas, a comissão ouve o ministro da Secretaria de Aviação Civil.

CAE Banco Central

11h O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, fala sobre a política monetária. Às 14h, debate sobre ICMS.

CI Aeroportos

10h Audiência debate concessões de espaço aeroportuário. O presidente da Associação Brasileira de Aviação Geral participa.

CRE Embaixadores

10h A comissão vota indicações de embaixadas para Quênia, Irã e Turquia.

CPI DO CACHOEIRA Relatório final

10h15 Votação do relatório final da CPI que investiga as relações de Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados.

CE Indicação para a Ancine

11h Indicação de Rosana dos Santos Alcântara para a Agência Nacional do Cinema deve ser apreciada na comissão.

PLENÁRIO Direitos Humanos

11h Entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara aos agraciados da terceira premiação.

QUARTA

MISSA Salão Negro

11h O arcebispo dom Sergio da Rocha reza missa pelo fim dos trabalhos legislativos.

CMA Selo Verde

11h30 A Comissão de Meio Ambiente vota o Selo Verde Preservação da Amazônia para a Zona Franca de Manaus.

RIO SÃO FRANCISCO Ministros

16h Comissão ouve os ministros da Defesa, do Planejamento e da Integração Nacional.

QUINTA

CCT Presidente da Anatel

9h A qualidade da telefonia celular em debate com João Batista de Rezende.

CAS Maternidade

9h A comissão analisa projeto que cria pagamento de auxílio-maternidade.

CCJ Órfãos

10h Na pauta, projeto que dá prioridade à tramitação de processo de guarda e adoção de criança ou adolescente órfão.

CE/CAS Ato Médico

10h30 Audiência conjunta das Comissões de Educação e de Assuntos Sociais sobre a regulamentação do Ato Médico.

PRESIDÊNCIA Premiação

12h Entrega da Ordem do Congresso Nacional, no Salão Nobre do Senado.

CDR Política urbana

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional examina projeto que estabelece as diretrizes gerais da política urbana.

CI Operação Porto Seguro

14h O diretor-presidente da Anac, Marcelo Pacheco dos Guarany, comparece a audiência sobre a Operação Porto Seguro.

SEXTA

PLENÁRIO Ordem do dia

14h Sessão deliberativa

AVIAÇÃO CIVIL Ciclo de audiências

9h A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil se reúne para debater o relatório final do ciclo de audiências.

CONGRESSO Aloisio Teixeira

14h Homenagem ao ex-reitor da UFRJ Aloisio Teixeira pela trajetória de vida e luta pelo aperfeiçoamento da educação superior no país.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Senador Wellington Dias discursando na sessão de homenagem ao Movimento dos Focolares, presente no Brasil desde os anos 50 e com mais de 300 mil seguidores no país

Congresso faz homenagem a grupo cristão criado durante a 2ª Guerra

Movimento dos Focolares surgiu na Itália, em 1943, e chegou ao Brasil em 1959; composto de leigos, promove a fraternidade no mundo

OS 69 ANOS do Movimento dos Focolares foram comemorados na sexta-feira passada com uma sessão solene do Congresso Nacional.

O Movimento dos Focolares é cristão, ecumênico e leigo e prega a fraternidade universal.

A homenagem foi proposta pelo senador Wellington Dias (PT-PI) e pelo deputado Carlinhos Almeida (PT-SP).

O movimento foi fundado na Itália, em 1943, em plena 2ª Guerra Mundial — um período de violência e de “maior intolerância da humanidade”, lembrou Wellington, ao ressaltar que o movimento foi “o contraponto a esse ódio”,

com um trabalho reconhecido mundialmente.

Os focolares chegaram ao Brasil em 1959. Atualmente, há mais de 300 mil pessoas ligadas ao movimento no país.

Uma mensagem do presidente do Senado, José Sarney, foi lida na abertura da sessão declarando apoio ao trabalho que os focolares desenvolvem “pela paz e pela fraternidade entre os homens”.

A presidente do Movimento dos Focolares na Região Brasil Central, Juliana Fonseca, transmitiu uma mensagem da presidente mundial do movimento, Maria Voce. Ela destacou “o trabalho coletivo e

a economia de comunhão dos participantes para a construção do Projeto Mundo Unido”.

Juliana ainda lembrou que em 1998 a fundadora, Chiara Lubich, recebeu a máxima condecoração do governo do Brasil para personalidades estrangeiras, a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, e que sempre nutriu grande admiração pelo povo brasileiro.

Representando os jovens focolares, André Rodrigues Pereira informou que o movimento reúne pessoas de mais de 180 países das mais diferentes raças, etnias, classes, idiomas e culturas. Ele relatou planos de criação de um

observatório da fraternidade e de ações junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

Marcony Vinícius Ferreira, vigário da Arquidiocese de Brasília, agradeceu em nome do arcebispo da cidade, dom Sergio da Rocha, pela iniciativa da homenagem. Segundo ele, os governantes “precisam de uma luz, daquela mesma luz que é o divino Espírito Santo, que iluminou Chiara”.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que em um período de tantas mudanças “é preciso estar atento, batalhar e ter fé”, que é o que faz o movimento, “com grandeza e generosidade”.

Anatel mostrará ao Senado se operadora de celular resolveu falhas

Os investimentos que estão sendo feitos pelas operadoras para garantir a qualidade da telefonia celular voltam a ser debatidos no Senado nesta quarta-feira, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Interessados em participar do debate podem enviar perguntas, sugestões ou comentários aos canais do Alô Senado (*veja abaixo*).

Depois de anunciar ao Senado, em agosto, que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) faria um acompanhamento trimestral da qualidade dos serviços, o presidente da autarquia, João

Batista de Rezende, apresenta os primeiros resultados.

A Anatel fiscalizou a concretização dos planos de investimentos apresentados pelas operadoras no fim de julho.

O presidente da CCT e autor do requerimento para realização da audiência, Eduardo Braga (PMDB-AM), afirmou que o país precisa de qualidade e estabilidade nos serviços e de uma política de investimentos adequada.

CANAIS DO ALÔ SENADO
TELEFONE 0800 612211
SITE <http://bit.ly/alosenado> **TWITTER** @alosenado
FACEBOOK <http://facebook.com/alosenadofederal>

Comissão deve analisar quarta-feira mudanças na distribuição do FPM

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deverá analisar, em reunião na próxima quarta-feira, três projetos de lei que tramitam em conjunto e propõem alterações nos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em 2011, o fundo repassou R\$ 66,4 bilhões em recursos da União.

Atualmente, o FPM é segmentado em três partes: 10% para as capitais de estados, em função da população e do inverso da renda per capita estadual; 86,4% para os demais municípios, conforme o coeficiente de participação de sua população; e 3,6% para

uma reserva destinada a complementar a participação dos municípios mais populosos.

Os defensores da causa municipalista alegam que esses critérios apresentam distorções, o que contribui, por exemplo, para provocar coeficientes de participação subdimensionados.

Os projetos a serem analisados são o PLS 184/10 — Complementar, apresentado pelo ex-senador Tião Viana, atual governador do Acre; o PLS 320/10 — Complementar, do ex-senador Sérgio Zambiasi; e o PLS 712/11, do senador Walter Pinheiro (PT-BA). A proposta será analisada por outras duas comissões.

Paim comemora aprovação de política nacional do autista

Paulo Paim (PT-RS) comemorou em Plenário, na sexta-feira, a aprovação pelo Senado, na semana passada, do projeto de lei que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

O projeto (PLS 168/11), que foi enviado à sanção presidencial, estabelece os direitos fundamentais do autista e equipara o portador desse transtorno à pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. Além disso, cria um cadastro único dos autistas com finalidade de produzir estatísticas nacionais sobre o problema.

A proposta surgiu de sugestão da Associação em Defesa do Autista (Adefa), transformada em projeto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Paim, que é presidente da CDH, leu carta que recebeu da líder do movimento em defesa do autista, Berenice Piana. O texto narra todo o processo que culminou na votação da política nacional (agora às vésperas de virar lei), desde as primeiras articulações e audiências públicas, passando pela construção do projeto e pela luta pela aprovação.

“Esta é a história de uma lei. O que semeamos deu fruto, para o bem de mais de 2 milhões de famílias”, diz Berenice Piana na carta. Na avaliação de Paim, o nome dela deveria batizar a nova lei.



Projeto da CDH, presidida por Paim, é sugestão da Associação do Autista

Audiência ouvirá o presidente da Anac

O diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Pacheco dos Guarany, será ouvido nesta quarta-feira, a partir das 14h, na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O dirigente deve prestar esclarecimentos sobre as suspeitas de fraudes na Anac, levantadas pela Polícia Federal durante a Operação Porto Seguro.

De acordo com Alvaro Dias

(PSDB-PR), que solicitou a reunião, “o esquema de corrupção descoberto pela PF não se trata de caso isolado, está infiltrado por toda a administração federal e envolve diversos crimes como, por exemplo, corrupção ativa, corrupção passiva, advocacia administrativa, formação de quadrilha, tráfico de influência, violação de sigilo funcional, falsidade ideológica e falsificação de documento particular”.

PEC prevê que dirigentes prestem contas

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) devem votar na quarta-feira a proposta de emenda à Constituição que obriga os dirigentes das agências reguladoras a prestar contas ao Senado anualmente. De Walter Pinheiro (PT-BA), a PEC 89/11 recebeu voto favorável do relator, Anibal Diniz (PT-AC).

A proposta estabelece que os ocupantes de cargo público que tiverem a

escolha aprovada pelo Senado devem comparecer à Casa anualmente “para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades”.

Pinheiro argumenta que, como esses dirigentes têm a responsabilidade de “decidir e implementar políticas públicas relativas a serviços e atividades fundamentais para o país”, é justificável que prestem contas ao Parlamento, ao país e à sociedade.

Mozarildo denuncia fraude com terras públicas em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) denunciou em Plenário, na sexta-feira, suposto esquema de compra, venda e registro ilícito de terras públicas em Roraima. Segundo ele, as irregularidades envolveriam o governador, Anchieta Júnior (PSDB), o presidente do Instituto de Terras de Roraima (Iteraima), Márcio Junqueira, e o procurador do órgão, Luiz Valdemar Albrecht.

O senador leu trechos de reportagens publicadas em jornais e sites na internet, com informações a respeito do que estaria acontecendo no estado, que passou a ser titular de terras que pertenceram à União. Mozarildo lembrou que a transferência resultou de “longa batalha”, com o objetivo de regularizar a titulação em favor dos reais proprietários.

— É uma imensa tristeza ver a sucessão de atos de corrupção com essas terras — comentou.

De acordo com o parlamentar, famílias com título definitivo há décadas estariam sendo constrangidas a desocupar suas terras, o que também estaria ocorrendo com proprietários que tiveram áreas tituladas mais recentemente.

As terras estariam sendo tituladas em nome de pessoas que moram em outros estados. O senador avalia que, entre essas pessoas, possam existir “laranjas”, utilizados para esconder os verdadeiros beneficiados. Conforme a denúncia, o Iteraima estaria facilitando a documentação.

Por entender que as irregularidades se generalizaram, Mozarildo apelou para que o Ministério Público da União continue agindo e pediu a atenção da Polícia Federal.

Em presídio do Pará, grávidas dormem no chão

Em visita ao estado, CPI da Violência contra a Mulher constatou que governo não presta atendimento adequado; há só 13 delegacias especializadas, das quais só uma funciona à noite e nos fins de semana

EM VISITA AO Pará na sexta-feira, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga a violência contra as mulheres considerou degradante o atendimento no estado. A CPI constatou a péssima situação do Centro de Recuperação Feminino, único presídio para mulheres do Pará, e número insuficiente de delegacias e de unidades especializadas no atendimento às mulheres em Belém e no interior.

A CPI mista verificou ainda a fragilidade das políticas específicas para indígenas

e quilombolas e excesso de processos nas três varas da violência doméstica e familiar.

O estado tem 144 municípios, mas apenas 13 delegacias especializadas no atendimento às mulheres (uma na capital e 12 no interior).

O Pará é o quarto estado em assassinatos de mulheres. A taxa de homicídios é de 6,1 para cada grupo de 100 mil mulheres — acima da média nacional, que é de 4,6. Paragominas, com 48 mil habitantes, é a cidade onde mais mulheres são mortas no Brasil. A taxa de homicídios é de 24,7.

Com exceção da delegacia de Belém, todas as demais não funcionam à noite nem



CPI testemunha situação crítica em prisão no Pará

A coordenadora estadual de Saúde da Mulher, Conceição Oliveira, ao depor à CPI, admitiu que o governo não tem uma política pública de saúde voltada para as mulheres do Centro de Recuperação Feminino. Lá, boa parte das mulheres aguarda julgamento e convive lado a lado com as presas já condenadas pela Justiça.

— Não tem água para beber. Não tem chuveiro adequado, não tem vaso sanitário. Eu diria que nem os animais vivem do

jeito que as mulheres estão vivendo nesse presídio — afirmou a relatora da CPI, a senadora Ana Rita (PT-ES).

Para a deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), que presidiu a audiência no Pará, a situação exige uma solução urgente por parte do poder público:

— É desumano, são mulheres grávidas cheias de coceira, dormindo no chão, não tem colchão, um nojo. É uma coisa revoltante. Eu acho que o estado tem que tomar as devidas iniciativas.

Durante a audiência pública, a relatora recomendou a criação no estado de uma secretaria específica para as mulheres.

aos finais de semana, admitiu a delegada Christiane Lobato, diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis da Polícia Civil do Pará, ao prestar esclarecimentos à CPI, na Assembleia Legislativa. Segundo ela, faltam funcionários.

Após diligência ao Centro de Recuperação Feminino de Ananindeua, presídio da Região Metropolitana de Belém, as integrantes da CPI demonstraram preocupação com as condições do local. O centro abriga 642 mulheres.

Instalações precárias, falta de atendimento médico e jurídico, sujeira, superlotação em algumas celas e alagamentos foram alguns dos problemas observados.

Texto da CPI do Cachoeira recebe 1º voto em separado

A CPI do Cachoeira votará amanhã o relatório final do deputado Odair Cunha (PT-MG).

O primeiro voto em separado foi apresentado pelo deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), insatisfeito com os trabalhos da relatoria.

Para Lorenzoni, a maioria na CPI acovardou-se ao não permitir o avanço da investigação sobre o esquema de desvio de verba pública com a participa-

ção da construtora Delta.

Em seu voto em separado, o deputado afirma que o relatório de Odair Cunha, apesar de ter mais de 5 mil páginas, está totalmente dissociado da farta quantidade de provas que chegou à CPI mista.

“Seria necessária uma atitude proativa da comissão para perceber que, mais do que o sr. Carlos Cachoeira, o grande problema a ser enfrentado pela

CPMI seria o de aprofundar o exame das relações entre a Delta e os governos de todas as esferas”, informa o voto em separado.

A investigação de um grupo de empresas consideradas de fachada e que teriam recebido dinheiro da Delta também tem sido reivindicada pelos senadores Pedro Taques (PDT-MT) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).



Segundo Mozarildo, irregularidades envolveriam o governador do estado



Senador lembra que estiagem deste ano é considerada a pior desde 1970

Parlamentares vão analisar conflito em Mato Grosso do Sul

Comitivas das Comissões de Direitos Humanos do Senado e da Câmara vão hoje a Mato Grosso do Sul para visitar uma área onde há décadas ocorrem violentos conflitos entre índios guaranis-caiuás e fazendeiros.

A diligência será feita no acampamento Pyelito Kue,

de ocupação tradicional, no município de Iguatemi. Os parlamentares também se reunirão, na Câmara de Vereadores de Dourados, com autoridades estaduais e representantes dos fazendeiros.

Em 2008, a Fundação Nacional do Índio (Funai) constituiu

um grupo técnico que trabalha em estudos antropológicos e fundiários para a demarcação da terra.

Em agosto deste ano, a Justiça Federal determinou liminarmente a reintegração de posse da área aos proprietários rurais que possuem títulos de terras

expedidos pela União. A decisão foi suspensa, também em caráter liminar, pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), permitindo o retorno da população indígena, de aproximadamente 160 pessoas, ao acampamento.

O presidente da CDH do

Senado, Paulo Paim (PT-RS), disse que a situação “é da maior gravidade”, mas que a comitiva buscará uma saída negociada para o conflito. Os senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e João Capiberibe (PSB-AP) e vários deputados também devem compor o grupo.